

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.560 - SP (2019/0356849-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
NOADIR MARQUES DA SILVA JUNIOR - SP112787
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TAINA LUIZ DE OLIVEIRA MARTINS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de TAINA LUIZ DE OLIVEIRA MARTINS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento da Apelação n. 1501164-04.2018.8.26.0548.

Consta dos autos que a paciente foi condenada em primeiro grau à pena às penas de 5 anos de reclusão (regime inicial fechado), mais 500 dias-multa, mínimo valor unitário, pela prática da infração penal capitulada no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06 (tráfico ilícito de entorpecentes).

Irresignados apelou a defesa da paciente perante o Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso, em acórdão assim resumido (fl. 55):

EMENTA: Tráfico ilícito de entorpecentes (art. 33, "caput", da Lei nº 11.343/06). Crime caracterizado, integralmente. Flagrante inquestionável. Acondicionamento, quantidade e variedade das drogas que revelam comércio. Palavras coerentes e incriminatórias de Guardas Municipais. Confissão em Polícia de um dos acusados. Desclassificação para porte de entorpecentes para uso próprio. Impossibilidade. Responsabilização inevitável. Necessidade condenatória imperiosa. Apenamento criterioso. Inaplicabilidade do art. 33, § 4º. Regime inicial fechado único possível. Inviabilidade de substituição da corporal por penas alternativas. Apelos improvidos.

No presente *mandamus*, pretende a Defensoria, em sede liminar e no mérito, a concessão da ordem "*para que seja estabelecido o regime aberto para o cumprimento da pena privativa de liberdade. Outrossim, requer seja substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos*" (fl. 8).

Superior Tribunal de Justiça

Brevemente relatado, decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Devidamente instruído, dispenso a requisição de informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator